



Presidente p.6

Falta coragem para governar



PSD p.11

Governo revela "falta de vergonha"

POVO LIVRE



n.º 1946

30 de novembro de 2016

Diretor: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
n.º 105690 - Propriedade: PSD

"DEMAGOGIA, POPULISMO E UM DESCARADO ELEITORALISMO"



■ O presidente do PSD encerrou as Jornadas Consolidação, Crescimento e Coesão em Lisboa



Pagamento ao FMI deve-se ao “fracasso” na recapitalização da CGD

O Governo pôs em marcha um “plano b” em 2016 para atingir a meta do défice, fazendo-o com “cortes”, medidas excecionais e adiando a recapitalização da Caixa Geral de Depósitos (CGD). De acordo com Pedro Passos Coelho, na execução desse “plano b” para “evitar ter um pior resultado orçamental que o atingido em 2015”, e que “nunca teve a coragem de assumir”, há 430 milhões de euros de “cativações permanentes, ou seja, cortes”, mas mais: um conjunto de “medidas extraordinárias”, o “maior corte em investimento público que há memória” e a passagem da recapitalização da CGD para o próximo ano por o executivo “finalmente reconhecer” dúvidas sobre se algum montante iria parar ao défice.

Pedro Passos Coelho, que falava no encerramento de uma reunião da bancada do PSD, na Assembleia da República, quarta-feira, 23 de novembro, pediu “ambição” ao Governo e ímpeto reformista que, diz, não se atinge com os partidos à esquerda. “Se queremos ambição temos de olhar para as reformas que esses partidos [PCP e BE] não são capazes de fazer nem querem fazer”, venceu, dando o exemplo reforma da Segurança Social.

Depois, instou o chefe do Governo, António Costa, a acolher algumas das 45 propostas de alteração que o PSD apresentou ao Orçamento do Estado para 2017.

E interrogou: “O que é que vai fazer o Governo? Fazer como até aqui e dizer que tudo o que vem do lado do PSD não interessa e no dia seguinte dizer que é uma pena o PSD não estar disponível para consensos e entendimentos com o governo?”.

O Executivo mais preocupado com a “popularidade das sondagens” e com medidas “eleitoralistas”, como o aumento das pensões pouco antes de eleições autárquicas, do que em olhar verdadeiramente “para um ciclo de quatro anos” de governação.

Contradições no pagamento ao FMI

O presidente do PSD acusou ainda o Governo de se contradizer na questão do pagamento antecipado ao Fundo Monetário Internacional (FMI), lembrando que só aconteceu porque falhou a recapitalização da Caixa Geral de Depósitos (CGD) em 2016.

Pedro Passos Coelho traçou uma cronologia de declarações do Governo sobre os pagamentos antecipados ao FMI, começando por referir que em maio o executivo “deu conta que admitia não fazer mais pagamentos antecipados” ao Fundo este ano.

As Finanças, precisou Passos Coelho, afirmaram à época que não aconteceria nenhum pagamento antecipado ao FMI para “manter as reservas financeiras confortáveis” enquanto se preparava a injeção de capital na CGD.

“Pouco tempo depois o Governo viu a presidente do IGCP [entidade que gere a dívida pública] afirmar o mesmo numa entrevista ao jornal”, venceu Passos, mas em 14 de setembro, o ministro das Finanças considerou “leviano” relacionar a recapitalização da CGD “com as amortizações ao FMI, considerando portanto leviano o que o ministério das Finanças e o IGCP tinham dito” antes.

“Em 06 de novembro as Finanças reafirmaram que não haveria pagamentos antecipados ao FMI. Não foi em maio, não foi em setembro, não foi sequer em outubro, foi este mês”, disse o líder social-democrata, referindo-se a palavras de uma “fonte oficial” do ministério - Passos não referiu todavia em que órgão de comunicação social ou documento estava essa passagem.

Contudo, e para mostrar a “manipulação” do Governo nesta matéria, em 22 de novembro, terça-feira, houve “boas notícias”.



“Depois de o ministro das Finanças ter dito no parlamento que só haveria lugar à recapitalização da caixa em 2017, o Governo decidiu fazer uma amortização ao FMI, numa atitude que o próprio ministro das Finanças tinha considerado leviana”, assinalou Passos.

E foi mais longe: “A leviandade tomou conta da decisão oficial. É assim mesmo, podemos afinal ter uma amortização ao FMI, não no volume que estava inicialmente pensado, mas de cerca de dois mil milhões de euros, porque o Governo fracassou o seu objetivo de recapitalizar a CGD este ano”.

Depois, o líder social-democrata acusou o Governo e o primeiro-ministro de terem “muita lata” sobre esta matéria, mas, advertiu, “o excesso de lata diminui a confiança”.

“O Governo, é caso para dizer, navega à costa, e não tem estratégia nenhuma, vai fazendo o que as oportunidades permitem”, concretizou.

Governo e PS vivem “assombrados” com o PSD

O líder parlamentar do PSD recomendou ao Governo e ao PS para não viverem “assombrados”, nem “demasiado preocupados” com os sociais-democratas, sublinhando que a principal obrigação do Executivo de António Costa é governar o país.

“Vivem de facto com uma assombração quando veem o PSD e o líder do PSD, vivem assombrados. Percebemos porquê, porque não são capazes de dar ao país os resultados que o PSD e o líder do PSD deu quando era primeiro-ministro e é a forma de esconderem o falhanço (...) que marca a sua governação”, afirmou o presidente do grupo parlamentar do PSD, Luís Montenegro.

Falando no arranque de uma reunião da bancada, aberta à comunicação social, quarta-feira, 23 de novembro, Luís Montenegro referiu-se em particular às intervenções do primeiro-ministro e do líder parlamentar do PS, recomendando-lhes tranquilidade: “Devemos tranquilizá-los, não vale a pena viverem assombrados com o PSD, nem demasiado preocupados com o PSD, eles têm a obrigação principal de governar o país a pensar no futuro”.

Numa intervenção em que assegurou que o PSD está firme, convicto, mas também tranquilo e coeso e olha para os principais problemas tentando apresentar caminhos e soluções, o líder da bancada social-democrata acusou ainda o executivo de fazer da governação “uma negociação em permanência”.

“Todos os dias é preciso negociar qualquer coisa só para que o Governo no dia seguinte possa sustentar politicamente o apoio que tem nos partidos que o suportam na Assembleia da República”, sustentou.



Luís Montenegro retomou também as principais críticas ao primeiro ano do Governo socialista, lamentando que não tenha conseguido atingir as metas inscritas no Orçamento para 2016, colocando o país a crescer menos do que o previsto e com um desempenho do investimento “muito aquém do traçado”.

Depois da intervenção inicial do líder parlamentar social-democrata, coube a três convidados falar das propostas apresentadas pelo partido no âmbito da discussão na especialidade do Orçamento do Estado para 2017, com o ex-ministro Miguel Poires Maduro a focar-se no ‘pacote’ apresentado sobre descentralização.

“São propostas ambiciosas”, vinçou o antigo ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional.

Miguel Poires Maduro reconheceu, contudo, que o tempo da política hoje não é fácil para quem faz propostas sérias e lamentou que a única resposta do primeiro-ministro para os problemas do país seja o “humor”.

“Quanto mais grave é o problema, mais ele lida com esse problema com humor. A única resposta para os

problemas que o país tem é o seu humor que acho um bocadinho deslocado. O país estagnou, o crescimento desacelerou. E isso é apresentado como um sucesso”, criticou, congratulando-se por o PSD “fazer política séria” e vaticinando que “o país acabará por reconhecer essa forma de fazer política”.

Ao ex-presidente da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP) Pedro Reis coube falar sobre a economia e o investimento, enquanto o antigo membro do conselho diretivo do Instituto da Segurança Social, Paulo Ferreira, fez uma intervenção sobre a área da Segurança Social.

Já na parte do debate, foram vários os deputados sociais-democratas que pediram para falar, entre os quais a ex-ministra das Finanças Maria Luís Albuquerque, que classificou 2016 como um ano “verdadeiramente dramático”, com investimentos adiados ou até cancelados e reversão de várias medidas.

A reunião da bancada do PSD, que excecionalmente foi aberta aos jornalistas, terminou com uma intervenção do líder social-democrata, Pedro Passos Coelho.

“Portugal Exportador”

Governo simula concertação social

O presidente do PSD acusa o Governo de “falsificação” da concertação social ao ter decidido aumentar o salário mínimo nacional à revelia dos parceiros sociais. “Quando diz que vai à concertação social, mas já decidiu [aumentar o salário mínimo] significa falsificação da concertação social, que não vai haver concertação social nenhuma. Estamos a simular a concertação social. Num Governo que sempre andou com os sindicatos na boca e com a concertação social na boca não deixa de ser paradoxal”.

Durante uma visita ao evento “Portugal Exportador”, dia 23, no Centro de Congressos de Lisboa, Pedro Passos Coelho recordou que, no passado, quando negociou um aumento do salário mínimo, o fez através de um acordo, “não foi uma simulação de acordo.”

De acordo com Passos Coelho, tendo de ser as empresas e os seus ativos a suportar a subida da remuneração mínima, “difícilmente a economia pode sustentar aumentos de salários na casa dos 10 a 15%,” como diz estar a ser proposto.

E criticou o “fogueteiro que para aí vai” nos números divulgados pelo Executivo, argumentando que o país está a crescer menos e a criar menos emprego do “que no ano passado quando era primeiro-ministro” e que as “exportações não tiveram significado tão importante como em anos anteriores.”

Pedro Passos Coelho sustenta ainda que Portugal “poderia estar a crescer mais, a criar mais emprego, a atrair mais capital para investimento, a tirar maior partido da conjuntura externa”, dando para tal os exemplos de Espanha, que disse estar a crescer a um ritmo que é quase o triplo da economia portuguesa, e da Irlanda, que à semelhança de Portugal também esteve sob programa de assistência económica e financeira da “troika”.

Nesses países, recordou, “não há reversões, as medidas estruturais não estão a ser revistas, os acordos com sindicatos para os salários da administração pública estão a ser cumpridos no longo prazo. Só nós aqui é que achamos que há milagres, que se pode reverter o que é estrutural” .

De visita à 11.ª edição da iniciativa “Portugal Exportador”, o líder do PSD considerou “muito reconfortante saber que hoje, apesar de isso não ser a prioridade da política económica do Governo, instituições como a fundação AIP, juntamente com patrocinadores e agentes económicos estão a olhar para aquilo que é importante para Portugal” no domínio da internacionalização da economia.





Falta investimento para garantir a operacionalidade das forças de segurança

Persistem deficiências nas forças de segurança ao ponto de não estarem preparadas para cumprir a sua função habitual. O líder do PSD adverte que “apesar de Portugal ser um paraíso de segurança, há deficiências que se foram acumulando ao longo dos anos”, como “equipamentos que não foram substituídos”.

Pedro Passos Coelho falava na 1.ª Convenção Anual de Administração Pública “Reforma do Estado: principais estratégias e desafios”, que decorreu na Escola Superior de Tecnologia e Gestão, em Leiria, 24 de novembro.

Para Passos Coelho, este é um “investimento que precisa de ser realizado e que não está sequer previsto”: “O Estado não consegue fornecer sequer a farda aos seus polícias. Dá-lhes um subsídio. As remunerações não são aquelas que se esperariam de quem trata da nossa segurança. Há muitos problemas por resolver. Mas ninguém discute que esta é uma função que pertence ao Estado”.

Aliás, o líder do PSD reforçou que a “justiça, a segurança e a defesa são indelegáveis”, mas “precisam de estar dimensionadas à nossa escala de hoje”: “Daquilo que se espera da função de qualquer Estado, não temos forma de delegar estas funções. Não podemos esperar que a justiça seja privada ou que a nossa defesa fique entregue a cada um. Tem de funcionar para o Estado no seu todo, coletivamente”.

Referindo que “é importante ter segurança de proximidade, dimensioná-la e formá-la”, Passos Coelho acrescentou que “é preciso saber se depois conseguimos ou não que esteja suficientemente equipada para poder atuar”. E “não está”.

Antes de terminar, o presidente do PSD deixou duas perguntas, para as quais a reforma do Estado tem de responder: “Qual o Estado que queremos e o que estamos dispostos a pagar para o ter?”



Falta coragem para governar



Além de ser um dos “mais partidários” de que há memória, o atual Executivo tem falta de coragem para governar e de não conseguir assumir publicamente as medidas que toma. “A política partidária tomou conta realmente do Governo. E depois vemos velhos hábitos regressarem, daqueles que gostaríamos que não existissem: a falta de coragem a governar. O Governo não consegue assumir publicamente as medidas que toma. Isto é gritante na política orçamental”, afirmou Pedro Passos Coelho durante a sessão de encerramento da Convenção Autárquica do PSD de Castelo Branco, dia 26.

No primeiro ano da legislatura, o Governo socialista, “ficou muito aquém” das possibilidades do país, constituindo ao mesmo tempo “um dos mais partidários Governos” de que há memória. “2016 deveria ter sido um ano com maior crescimento económico, maior geração de emprego e maior redução de dívida do que foi. Em primeiro lugar porque a embalagem que vinha de trás assim o permitia”, frisou.

O presidente do PSD explicou também que o impulso que vinha do seu Governo, manifestou-se em 2016, ao contrário da “retórica vigente” do atual Governo.

“A nossa tendência de recuperação estava desenhada firmemente. Crescemos em terreno positivo ao longo de todo o ano de 2014 e tivemos um ano de 2015 em que o crescimento foi de 1,6%. O país beneficiava desse crescimento e também de condições ainda mais favoráveis, de uma política conduzida pelo Banco Central Europeu que tornou mais barato o financiamento ao Estado e à economia”, disse.

Pedro Passos Coelho sublinhou que neste ano de governação socialista o país ficou materialmente pior em termos de dívida pública, que cresceu quando se

teve reduzido em 2015. “Num país em que a dívida pública é muito elevada, é importante não deixar que isso aconteça e este Governo tinha dito que tinha uma alternativa, que colocaria o país a crescer ainda mais do que no passado e a desendividar-se mais do que nós tínhamos conseguido. Fica o resultado: não só não crescemos mais do que no passado, como a nossa dívida aumentou e isso é negativo”, sustentou.

Para o líder social-democrata, há uma inversão de papéis que resulta do facto de o Governo não estar pre-

ocupado com o longo prazo e com o futuro.

“Está apenas preocupado com o curto prazo e com as eleições autárquicas que ocorrem no próximo ano. Chega a ser escandaloso a forma como o Governo e a maioria, calendarizam medidas a pensar na demagogia e no populismo que querem fazer em vésperas de campanha eleitoral”, afirmou.

Segundo Passos Coelho, o país está a desperdiçar oportunidades e por isso não está tão bem quanto devia:



“Não queremos voltar a governar o país nas condições desgraçadas em que o recebemos em 2011, mas não aceitamos que se venda gato por lebre. Se se está a crescer é bom, mas a crescer menos do que no ano passado porque é que haveríamos de estar melhor? Nós podemos estar melhor se a política for outra”.

Os vícios na governação estão de volta

Pedro Passos Coelho adiantou que o Governo liderado por António Costa, disse que tinha uma estratégia orçamental para diminuir o défice e que não precisava de um “plano B”. “Já esta semana deixei muito claro que esse ‘plano B’ foi executado mas o Governo não tem a coragem de o divulgar ou de o admitir. Quando o Governo que eu presidi teve que tomar medidas difíceis, fui o primeiro a comunicá-lo para que as pessoas soubessem o que estávamos a fazer e porque estávamos a fazê-lo. Nunca me escondi atrás de ninguém”, sublinhou.

Segundo o líder do PSD, hoje há quem considere uma “habilidade bem sucedida” o facto de o primeiro-ministro e até os seus ministros, furtarem-se a explicar ao país o que decidem. E, como exemplo, explicou que uma parte do esforço de contenção do Orçamento resulta daquilo a que chamaram de “cativações permanentes”.

“Isto em bom português não existe: é um contrassenso total. Uma cativação permanente é igual a corte. Se é permanente, é um corte. Não é cativação nenhuma”, sustentou.

Segundo Passos Coelho, há outros vícios que estão de regresso, como o não pagamento aos fornecedores: “O aumento do pagamento a fornecedores tem sido constante e então no Serviço Nacional de Saúde (SNS) é preocupante”.

“Temos portanto mais dívida que está a crescer, uma que não está reconhecida: enquanto as faturas andam de um lado para o outro e enquanto a coisa anda para trás e para a frente não existe. É uma habilidade boa que nos vai dar imensa saúde para futuro”, ironizou.

Adiantou ainda que ao olhar para as políticas seguidas ao longo do último ano, o país está a dar uma perspetiva de que está a perder oportunidade e a mostrar aos agentes económicos e investidores que dá pouca importância aquilo que é estrutural e permanente e que concentra a sua ação no curto prazo.

“Se a história nos mostra que cada vez que olhamos apenas para o dia que estamos a viver e nos esquecemos



do futuro, isso acaba sempre por representar um retrocesso, porque é que repetimos a experiência?” - questionou.

Contudo, Passos Coelho diz-se convicto que esta experiência não era desejada pelo país. Mas, uma vez que foi aquela que foi assumida pelos partidos políticos no Parlamento, espera dar resposta, a seu tempo, perante o país e os portugueses quando houver eleições.

“Se hoje nos esquecermos muito do futuro, quisermos viver em excesso um presente que não está devidamente consolidado, isso mais tarde ou mais cedo, acabará por nos trazer menos boas notícias”, sustentou.

O líder do PSD disse ainda que não entra em leilões populistas: “Ninguém está a olhar para as sondagens para saber se devemos oferecer mais disto ou daquilo”.

Uma nova geração de autarcas

Falando para os autarcas do PSD, reunidos na Convenção Autárquica em Castelo Branco, o presidente do PSD venceu a importância das próximas eleições em termos nacionais. “Porque é nossa convicção que estamos a viver uma época em que o poder local pode desempenhar

uma função mais ambiciosa”, detalhou.

Pedro Passos Coelho recordou o contributo dos autarcas ao longo de 40 anos de poder local, para o desenvolvimento do território. E desafiou a maioria parlamentar a aprovar, nas votações na próxima semana, as propostas do PSD para a descentralização, que visam reforçar os poderes e a confiança numa próxima geração de autarcas portuguesas e abrangem áreas como a educação, a saúde, o apoio social e a captação de investimento para a criação de emprego e de um território mais harmonioso.

A descentralização de competências não significa necessariamente um maior custo para o Estado e, assim, nos impostos dos portugueses. É possível ter “ganhos de eficiência, prestando melhores serviços” e sem mais “custos para futuro”, explicou.

Se estas propostas não forem aprovadas, em sede parlamentar, então ficam claras duas conclusões, anunciou: “Os apelos a um consenso nacional para reformas importantes não terão passado de uma simulação” (como aconteceu, de resto, na concertação social) e “interessa mais cavar trincheiras e separar águas do que construir pontes a pensar no futuro”.

Encerramento das Jornadas Consolidação, Crescimento e Coesão em Lisboa

“Demagogia, populismo e um descarado eleitoralismo”



O líder do PSD apontou segunda-feira a aprovação do Orçamento para 2017 como o momento em que “cairá a máscara ao PS”, acusando os socialistas de não quererem qualquer entendimento que não passe pelo PCP e pelo BE. “O PS não quer, não está disponível, não deseja nenhum entendimento, nem sobre os aspetos mais estruturais ou estruturantes da sociedade portuguesa que não passem pelo PCP e pelo BE e, portanto, não passarão por nós certamente, isso ficou provado nesta discussão parlamentar”, afirmou o presidente social-democrata, Pedro Passos Coelho, numa intervenção no encerramento das “Jornadas Consolidação, Crescimento e Coesão”, organizadas pelo PSD a propósito do Orçamento do Estado para 2017, segunda-feira, 28 de novembro.

Classificando como “conversa fiada” as críticas socialistas à ausência do PSD na discussão do Orçamento e no debate dos grandes consensos nacionais, Passos Coelho advertiu que, quando for aprovado no parlamento a proposta orçamental para 2017, “cairá a máscara de toda esta conversa simulada de que é uma pena o PSD estar preso ao passado e é uma pena o PSD estar ressabiado”.

“Creio que esgotámos aquilo que é a capacidade para ir ao encontro de uma solução de consenso. Esgotámos, não porque não tenhamos vontade de encontrar esses consensos, é porque o PS, como se percebeu da discussão do Orçamento, não está interessado, não quer, mas não quer mesmo”, vincou.

Numa intervenção com duras críticas aos socialistas, o líder do PSD recordou que, tal como já tinha feito Cavaco Silva, embora de “forma um bocadinho diferente”,

também o atual Presidente da República tem insistido na importância de se construírem consensos para avançar com reformas essenciais.

Com o Orçamento do Estado para 2017, o PS reafirmou a divisão que decidiu fazer há um ano, criando “um

fosso absoluto entre aquilo que, durante muitos anos, se chamou o arco da governação, escolhendo trazer para a governação os comunistas e os bloquistas e afastando dela definitivamente qualquer outro partido que não fosse os partidos da esquerda radical”.





“O PS operou uma divisão política na sociedade portuguesa que não se irá desfazer com facilidade”, sustentou, antevendo que, independentemente do que aconteça ao atual Governo, “isso condicionará o PS por muito tempo”.

“E, por muito tempo, ecoaram as palavras do secretário de Estado-Adjunto dizendo que o PS se sente muito mais próximo da visão de sociedade do PCP e do BE do que do PSD”, frisou.

O presidente social-democrata acusou ainda o Executivo socialista de “muita demagogia, muito populismo e, sobretudo, um descarado eleitoralismo”.

Confessando que teria “vergonha” de ser primeiro-ministro num Governo que trabalhasse nestes termos, Passos Coelho falou mesmo em “falta de decoro”: “Seria impossível que algum Governo que eu liderasse se comportasse com tanta falta de vergonha. Ninguém, nem nos partidos que hoje apoiam o Governo, nem na comunicação social, se calariam se um governo chefiado por nós tivesse a falta de decoro de agir nestes termos”.



Como exemplos da demagogia e populismo do Governo, Passos Coelho apontou a proposta do executivo de aumentar “mais um bocadinho” o subsídio de refeição e as pensões no verão de 2017, em vésperas da campanha para as autárquicas. “Quem paga este eleitoralismo e demagogia são os portugueses. Quem vai pagar isto tudo somos nós”, avisou.

CGD: silêncio do primeiro-ministro é “desrespeito para com os portugueses”

O líder do PSD pediu igualmente explicações ao primeiro-ministro sobre a demissão da administração da Caixa Geral de Depósitos, sublinhando que será “puro desrespeito para com os portugueses” se António Costa insistir em nada dizer.

“Mas o primeiro-ministro acha que pode não dar uma explicação a Portugal e aos portugueses sobre o que se está a passar no maior banco público?”, questionou o presidente social-democrata.

Passos Coelho sublinhou que, por mais que custe a António Costa, o primeiro-ministro deve essa explicação e, caso insista em não a dar, “então já não se trata de uma questão nem de sobrançeria, nem de uma questão de estilo, nem de habilidade, trata-se de puro desrespeito para com os portugueses”.

“Está tudo errado desde o princípio, espero que o Governo e o primeiro-ministro aproveitem bem a oportunidade que agora têm de fazer tudo diferente porque a Caixa Geral Depósitos não deve andar na praça pública como andou, mas não me venham dizer que os problemas da Caixa se devem à oposição e ao PSD”, disse, pedindo um “bocadinho de decoro”.

Porque, acrescentou, a oposição e o PSD só pediram que se cumprisse a lei.

“Devia haver uma maneira de fazer a recapitalização da Caixa, cumprir a lei e ter decência política e democrática, combinações que parecem não abundar nesta solução do Governo”, argumentou o líder do PSD.

Antes, Passos Coelho, que se referiu à polémica da Caixa como “um caso inaudito”, já tinha recusado a solução e “hábito” do Governo de pedir a “uma espécie



de porta-vozes informais” que expliquem nas televisões e nos jornais o que se passou.

“O ministro nunca disse nada que prestasse sobre esta matéria, o primeiro-ministro nem hoje deu uma explicação aos portugueses e ao país, o presidente da Caixa esse não nos passa a confiança de explicar mesmo seja o que quer que fosse. A nossa pergunta é legítima, demitiram-se porquê?”, interrogou.

Pois, continuou, a explicação que é avançada pelos “porta vozes informais” é que se demitiam porque não estavam disposição de entregar as declarações de património e rendimento ao Tribunal Constitucional.

Contudo, notou, foi anunciado que afinal tinham apresentado as declarações. “Não há de ser essa a razão, essa não pode ser a razão. Então qual é a razão?”, insistiu.

Nas notas que deixou sobre a Caixa Geral de Depósitos, Passos Coelho recordou ainda que, até agora, o anterior Governo, liderado por si, foi o único executivo que capitalizou a Caixa Geral de Depósitos.

“Este [Governo] está cheio de conversa, há um ano que a gente houve a conversa, não sei quanto mais tempo ela vai durar, pelo andar da carruagem ainda vai durar até ao verão do próximo ano, era uma coisa urgentíssima, muito necessária, mas que nunca é feita, conversa não falta”, declarou.

Antes de Passos Coelho, também o líder parlamentar do PSD, Luís Montenegro, tinha falado sobre a polémica da Caixa, acusando o primeiro-ministro de “sacudir a água do capote”. Luís Montenegro ainda as acusações de que o PSD está a querer politizar a Caixa, sublinhando que o PSD não pode estar em silêncio nem “assobiar para o lado”.

Jornadas de Consolidação, Crescimento e Coesão em Faro

Governo tem uma “postura antidemocrática”

Maria Luís Albuquerque acusa o Governo de ter uma postura antidemocrática, ao acusar sistematicamente a oposição de querer criar casos quando é confrontado com “as trapalhadas que anda a fazer”. “Aquilo que está a acontecer com esta solução de Governo é uma enorme ameaça à nossa democracia e acusar a oposição é do mais antidemocrático que pode haver”, afirmou a vice-presidente do PSD, durante as Jornadas de Consolidação, Crescimento e Coesão, em Faro, sexta-feira, 25 de novembro.

Para a vice-presidente do PSD, existe uma grande mistificação em torno de várias matérias, entre as quais a Caixa Geral de Depósitos (CGD), “uma situação que é, no mínimo, muito estranha”.

“Assistimos a uma sucessão de trapalhadas, ocltações, explicações sem qualquer credibilidade sobre vários assuntos e, cada vez que falamos da Caixa Geral de Depósitos, acusam-nos de criar casos e de não querermos que haja recapitalização”, recordou.

“Esta forma de responder não é séria e desrespeita os portugueses. A única coisa que sabemos sobre a caixa, é que não sabemos nada”, destacou.

Durante a sua intervenção, Maria Luís Albuquerque criticou também o Orçamento do Estado para 2017, considerando que as opções do Governo “são fatais para o crescimento do país, com colagem de partes que não ligam bem umas com as outras”.

“Não tem um rumo, não aponta um futuro em matéria de investimento e crescimento”, frisou

Para a ex-ministra das finanças, “há um padrão de comportamento que mostra que não temos nada de bom a esperar para os próximos anos, pois não há nenhuma política capaz de sustentar o crescimento da economia”.

“Vamos ter mais impostos, mais despesa pública e um crescimento anémico. O Orçamento do Estado para 2017, não só não nos dá garantia de ser exequível, como nos deixa numa posição para 2018 de nada de bom”, sublinhou.

“Enquanto houver espírito antidemocrático, não vamos conseguir que a situação do país melhore”, concluiu a vice-presidente dos sociais-democratas.

Esta sessão contou ainda com as intervenções do vice-presidente da bancada parlamentar do PSD, Miguel Santos, e do presidente do PSD/Algarve, David Mascarenhas dos Santos.



José Matos Correia no encerramento do debate do Orçamento

Governo revela “falta de vergonha”

Para o PSD, António Costa lidera “um verdadeiro Governo de unidade das esquerdas”, envolvendo “arrufos” entre PS, PCP e BE que nada mais representam do que “manobras de diversão e engodos para confundir os mais distraídos”.

“Neste Orçamento nem tudo é mau, este Orçamento tem apesar de tudo uma virtude política, não é no seu conteúdo, mas tem uma virtude política: a de pôr fim, de uma vez por todas, a uma farsa e a de demonstrar de uma vez por todas que nós não temos em Portugal um executivo do PS, temos um verdadeiro Governo de unidade das esquerdas”, afirmou o deputado do PSD José Matos Correia, no encerramento do debate no parlamento do Orçamento do Estado para 2017.

As atitudes de pretensa autonomia que PCP e BE ensaiam face aos socialistas, não passam de “manobras de diversão e de engodos” para confundir os mais distraídos.

“No fundo não são mais do que arrufos de namorados que visam, quiçá, apimentar a relação”.

Arrufos que não chegam para esconder que o Governo está assente numa coligação de quatro partidos (PS, PCP, BE e PEV) que têm um programa político comum.

“Um Governo em que todos materialmente participam, com a originalidade formal de um o integrar e dos outros três fingirem que estão de fora. Um governo que atesta, sobretudo, que a confluência ideológica dos quatro partidos só possível pela progressiva radicalização do PS”, acrescentou.

No encerramento da discussão do Orçamento do Estado para 2017, dia 29, José Matos Correia não deixou de fora a polémica da Caixa Geral de Depósitos, considerando que o processo que agora culminou na demissão do presidente do conselho de administração da Caixa Geral de Depósitos ficará “nos anais da história política como um ‘case study’ de incompetência, de menosprezo pelo interesse público, de desrespeito pela regras mais basilares do Estado de direito”.

Atribuindo o impasse em que está o banco público há um ano à “culpa exclusiva” do atual Governo, o deputado do PSD exigiu que alguém assuma a responsabilidade



pela “gestão desastrosa” do ‘dossier’ e que daí se retirem “as indispensáveis consequências políticas”, porque a questão é demasiado grave para

“a culpa morrer solteira”.

Numa intervenção em que reiterou a conclusão de que a receita do atual Governo “falhou”, apresentando números para demonstrar as divergências entre as metas propostas e os resultados alcançados, nomeadamente na economia, José Matos Correia retomou igualmente as acusações de eleitoralismo do Governo, lembrando a proposta de aumentar extraordinariamente as pensões em agosto, em vésperas das eleições autárquicas.

“O que querem fazer chama-se eleitoralismo, chama-se oportunismo, chama-se, sobretudo, falta de vergonha”, sublinhou.

José Matos Correia recorreu ao conto infantil “Alice no País das Maravilhas”, lendo um diálogo entre Alice e o gato sobre o caminho que a personagem principal deve seguir, com o gato a dizer que não importa o trajeto se não interessa para onde se vai.

“Ignoro se o autor alguma vez terá ponderado acerca da aplicabilidade deste diálogo à política, mas o texto descreve na perfeição a atitude deste Governo e desta maioria: este é um Governo e uma maioria para quem o movimento é tudo e o fim é nada, um Governo e uma maioria para quem o futuro não importa porque só estão preocupados com o dia de hoje, um Governo e uma maioria para quem qualquer trajeto serve, porque verdadeiramente não têm a mínima ideia para onde querem ir”, disse.

Os deputados do PSD votaram contra o Orçamento do Estado para 2017.



PSD suspeita de ilegalidades na freguesia da Lourinhã

Os membros do PSD na Assembleia de Freguesia da Lourinhã/Atalaia anunciaram a apresentação de uma queixa no Tribunal de Contas, por suspeitarem de ilegalidades no orçamento participativo da Junta local, por alegada violação da Lei das Autarquias Locais. A Junta de Freguesia terá transferido alegadamente 10 mil euros para o Hóquei Clube da Lourinhã, para a instalação de equipamentos de segurança, e igual verba para o Centro Social da Abelheira, para a construção de um parque verde de merendas, para serem aquelas instituições a executarem as obras, sendo beneficiárias de projetos vencedores do orçamento participativo.

Contudo, não constará nas atas das reuniões do executivo ou da Assembleia de Freguesia, nem a Junta terá feito prova de qualquer aprovação de protocolo com as associações, “necessário para estabelecer as obrigações e prazos de execução da obra, mas, fundamentalmente, para salvaguardar a utilização dos investimentos/equipamentos públicos pela comunidade”, alertaram os sociais-democratas na queixa. A Junta também não terá executado quaisquer verbas por administração direta, nem lançou concurso público.

O PSD suspeita que o executivo terá violou a Lei das Autarquias Locais, ao ultrapassar competências da Junta e da Assembleia de Freguesia, uma vez que “não tem competência para delegar a execução das suas obras por entidades e muito menos transferir verbas, sem deliberação do executivo e aprovação em Assembleia de Freguesia”.

Ainda segundo a queixa, a Junta terá deliberado transferir verbas para dois particulares proponentes de



dois projetos vencedores do orçamento participativo: a construção de um centro de BTT (10 mil euros) e um parque de lazer para crianças e idosos (10 mil euros), ambos na Serra do Calvo.

Na queixa, o PSD pretende que o Tribunal de Contas recomende à Junta que anule as decisões que envolvem os particulares, que publicite os apoios concedidos a associações e que celebre protocolos com essas entidades em defesa da transparência autárquica.

Acompanhe-nos no dia-a-dia...



**Conferências de Imprensa,
Transmissões em direto,
Discursos e intervenções políticas**



**Entrevistas, Opinião, História,
Iniciativas**



**O dia-a-dia da atividade
do PSD**



**Noticiário semanal todas
as sextas-feiras**

José Matos Rosa no Sardoal

O secretário-geral do Partido Social Democrata participou num jantar de autarcas do PSD do Sardoal (distrito de Santarém), sexta-feira, 25 de novembro.



Jornadas de Consolidação, Crescimento e Coesão na Área Oeste

“O país está inebriado pelo otimismo” da maioria

Durante as Jornadas de Consolidação, Crescimento e Coesão na Área Oeste, em Alenquer, dia 24, Teresa Leal Coelho referiu que o PSD não se revê nas políticas levadas a cabo pelo Governo. “É natural que as pessoas estejam confusas. Não há manifestações, não há contestação, os sindicatos estão adormecidos e as pessoas estão inebriadas pelo otimismo deste Governo”, afirmou a social-democrata, ressaltando, no entanto, que o PSD aplaude sempre que haja criação de emprego e crescimento económico, pois o PSD quer sempre “o sucesso das pessoas e do país”.

Relembrando Sá Carneiro, que afirmou que o PSD não podia continuar sempre a resolver os problemas que os outros deixam ao país, a vice-presidente do PSD relembrou os três resgates financeiros que Portugal já conheceu, todos em resultado da má governação socialista. O último resgate de Portugal situou-se nos 50% do PIB, 78 mil milhões de euros. Uma das primeiras preocupações deste Governo foi de descredibilizar o anterior Executivo, nomeadamente através do sistema bancário e financeiro. Portugal precisava de consolidação nesta área.

Sobre a CGD, Teresa Leal Coelho afirmou que o que se tem passado é lamentável. O ministro das Finanças contratou 19 pessoas para a Administração da CGD, sem nenhuma quota de paridade, e garantiu-lhes, tanto quando se sabe, por escrito, que estariam isentos de entregar a declaração de património que a lei impõe para quem exerça funções em empresas participadas pelo Estado. Garantiu ainda uma massa salarial muito superior a qualquer uma das administrações que já passou pelo banco público. “Isto é um país de brincadeira”, referiu a vice-presidente do PSD, criticando o que se tem vindo a conhecer no caso CGD.

O PSD é o partido da liberdade, do empreendedorismo, que defende um modelo assente na atração de investimento privado, externo e interno, que potencie as exportações.

Ângela Guerra referiu que o OE para 2017 não traz nada de bom, castigando o rendimento das famílias e criando instabilidade fiscal para as empresas e investidores. “É o orçamento da economia estagnada. O ponto de partida para a saúde é a destruição do SNS, com a dívida a aumentar, os pagamentos aos fornecedores cada vez mais em atraso e um Ministro da Saúde que para fazer algum gasto tem de pedir autorização ao Ministro das Finanças”, disse.



A coordenadora dos deputados da Comissão de Saúde referiu que o ministro anunciou durante três meses que viria um milagre em setembro na execução orçamental. “Reduziu apenas 2 milhões de euros. É este o milagre que Adalberto Campos Fernandes preconizou”, afirmou, concluindo que as preocupações na área da saúde e na área orçamental afetam todos os distritos.

Duarte Pacheco destacou que qualquer governo tem um objetivo: promover o crescimento económico e gerar riqueza para poder aplicar as opções políticas. É este o objetivo. Não é ficar para trás, é para ficar na linha da frente. O deputado social-democrata fez uma breve análise sobre a evolução do crescimento durante os últimos 15 anos, concluindo que um modelo que aposta apenas no consumo e na procura interna não pode chegar aos resultados para os quais havia potencialidade.

Este resultado consegue-se sim pela promoção da procura externa, para ir além do pequeno mercado português. É preciso apostar nas exportações. “E os resultados desta estratégia de crescimento económico foi desenvolvido pelo Governo de Pedro Passos Coelho, quando se criou emprego, diminuiu o desemprego e houve aumento das exportações e do investimento”, referiu. Mesmo em 2017, a previsão do governo é que se cresça menos do que em 2015, quando o PSD ainda estava no Governo.

Duarte Pacheco apontou a falta de visão deste Orçamento, que faz uma navegação à costa, e que apenas vai sobrevivendo à custa dos acordos com o BE e o PCP.

Damas Antunes, presidente da Distrital de Lisboa Oeste, alertou para os problemas da zona, nomeadamente com a falta de médicos nos hospitais e para a falta de eletrificação

Passagem para a Câmara de Lisboa da Carris é um “presente envenenado”

O vereador do PSD na Câmara Municipal de Lisboa António Prôa considera que a passagem da Carris para gestão do município, separando-a do Metropolitano, é “uma irresponsabilidade” e um “presente envenenado”. “É uma irresponsabilidade aceitar a gestão da Carris separando-a do Metropolitano, e sem existir uma estratégia ou articulação conjunta entre os dois modos de transporte”, considerou o vereador em comunicado.

No documento, António Prôa referiu que “a Câmara Municipal de Lisboa [CML] não devia ter aceitado assumir os encargos da gestão da Carris sem, ao menos, garantir uma palavra determinante na definição do futuro do Metropolitano de Lisboa”.

“A passagem da gestão da Carris para a Câmara Municipal de Lisboa deixou de ser um instrumento de estratégia da mobilidade para ser um capricho e um instrumento de campanha eleitoral”, advogou o autarca.

Para o social-democrata, “as condições em que a gestão da Carris é transferida para a CML não correspondem ao que o atual primeiro-ministro, enquanto presidente da câmara, defendeu”.

“Para quem defendia, como os atuais responsáveis fizeram, a passagem conjunta da gestão da Carris e do Metropolitano, esta passagem é amputada do todo e torna irracional o cenário pretendido de gestão da mobilidade na cidade”, acrescentou.



Para o PSD, as “consequências financeiras da responsabilidade assumida, nas condições em que a câmara aceitou, serão demasiado pesadas para o município”, constituindo assim um “presente envenenado para Lisboa”.

O PSD defende que o município “deve dispor de capacidade para determinar e implementar políticas de mobilidade na cidade”, sendo “essencial a existência de uma estratégia metropolitana para a mobilidade e para os transportes”.

“Nesta iniciativa, essa dimensão de articulação metropolitana não está assegurada”, venceu Prôa.

“Para o PSD, o que é relevante é a garantia aos cidadãos de um melhor serviço de transporte e a salvaguarda do interesse público, e menos relevante a forma como é alcançado”, salientou o vereador.

O social-democrata apontou, ainda, que “o presidente da Câmara Municipal de Lisboa não informou os vereadores sobre os termos concretos e detalhados do acordo que assinou com o Governo”, acrescentando que “no caso concreto assume especial gravidade pois trata-se de um assunto com impacto muito relevante na gestão da cidade”.

“Neste contexto, irei exigir a informação detalhada para avaliação das consequências para o futuro do município”, venceu.

O PSD quer ver esclarecido qual o verdadeiro impacto financeiro para os lisboetas, e se a “desarticulação entre a Carris e o Metro agora instituída vai prejudicar a eficácia na gestão dos transportes e da mobilidade na cidade”.

Entre as preocupações apontadas inserem-se, ainda, “o agravamento das condições de serviço da Carris” devido às obras em curso na cidade”, ou a falta de “estratégia para melhorar a circulação de autocarros, seja com mais faixas BUS, seja com outras soluções”.

O presidente da Câmara Municipal de Lisboa anunciou, dia 21, um reforço de 250 novos autocarros nos próximos três anos para a cidade, num investimento de 60 milhões de euros.

Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres

Assinalou-se na passada sexta-feira, 25 de novembro, o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres. Neste contexto, o Parlamento Europeu debateu a adesão à Convenção do Conselho da Europa para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e a violência doméstica, conhecida por “Convenção de Istambul”.

O eurodeputado do PSD Carlos Coelho lembrou que “já passaram mais de vinte anos após a proclamação do Dia Internacional para a eliminação da violência contra as Mulheres. Mas persistem ainda números preocupantes: uma em cada vinte mulheres europeias foi violada, uma em cada cinco já foi perseguida.”

O social-democrata continuou sublinhando que “estes dados tornam claro, uma evidência: este é um combate de homens e mulheres e uma causa de todos e de cada um” e apelando “aos Estados-Membros que ainda não o fizeram, para que ratifiquem a Convenção de Istambul e para que o Conselho avance com as negociações para a adesão da União Europeia”.

O eurodeputado deixou um alerta: “Esta é uma mudança que não se opera apenas com este debate, ou com a ratificação de um tratado. É uma mudança que requer um trabalho constante e laborioso. Somos o continente no mundo que mais luta pela defesa dos direitos humanos. Também neste domínio temos de ser um farol de esperança para milhões de mulheres que, aqui ou além-fronteiras, ainda sofrem simplesmente por serem mulheres”.



PSD quer esclarecimentos do Governo sobre a CGD

O líder parlamentar do PSD afirmou que o primeiro-ministro não pode “dar à sola” na polémica criada pelo Governo em torno da Caixa Geral de Depósitos, admitindo usar todas as prerrogativas ao dispor dos sociais-democratas para que o líder do Executivo preste esclarecimentos. “Não excluimos nenhuma das nossas prerrogativas para podermos cumprir o nosso papel de fiscalização em nome dos portugueses”, afirmou Luís Montenegro, depois de questionado se o PSD admitia chamar o primeiro-ministro, António Costa, a prestar esclarecimentos na comissão parlamentar de inquérito à Caixa Geral de Depósitos.

Em conferência de imprensa no parlamento, o líder da bancada do PSD acusou o primeiro-ministro de demonstrar, mais uma vez, estar a “fugir às suas responsabilidades”, quando “é o ator principal deste filme, é o mentor de toda a estratégia financeira do Governo a propósito de todo o sistema financeiro e da Caixa”.

“Não pode, por assim dizer, dar à sola e não assumir as suas responsabilidades quando o Governo enfrenta dificuldades”, argumentou, sublinhando igualmente que a administração demissionária do banco público não está isenta de ainda apresentar as declarações de rendimentos.

Questionado sobre a apresentação das declarações de rendimentos pelos elementos demissionários da administração, respondeu: “Não temos dúvidas que a demissão não apaga os deveres também de transparência, nomeadamente no que diz respeito às declarações, a circunstância de terem sido nomeados e terem exercido a função não desonera as pessoas que tiveram essa responsabilidade do cumprimento daquilo que são as disposições da lei”.

O presidente da Caixa Geral de Depósitos (CGD), António Domingues, e seis vogais do conselho de administração demitiram-se após cinco semanas de polémica em torno da recusa da entrega da declaração de rendimentos, foi comunicado à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

Depois da questão da entrega da declaração de rendimentos seguiu-se, na semana passada, uma nova controvérsia relacionada com a eventualidade de Domingues estar na posse de informação privilegiada sobre a Caixa quando participou, como convidado, em três reuniões com a Comissão Europeia para debater a recapitalização do banco.

Para o PSD, subsistem “muitas perguntas que continuam por responder”, nomeadamente o motivo da demissão dos administradores, a informação à qual tiveram acesso antes e depois de serem nomeados, como é que os interesses da Caixa estão a ser acautelados, se houve “conflitos de interesses”, sobretudo, no período em que António Domingues participou em reuniões em Bruxelas quando ainda estava na administração de um banco privado.

“Andamos há 11 meses a apresentar ao Governo e de uma forma evidente a necessidade de dar explicações”, vincou, argumentando que o executivo não respondeu aos requerimentos formais enviados pelo PSD pedindo informação sobre a recapitalização.

Luís Montenegro frisou que “aquilo que verdadeiramente causa instabilidade e aquilo que verdadeiramente não dá confiança nem ao sistema bancário nem ao setor financeiro, nem aos agentes económicos e país como um todo, é a falta de informação e de transparência”.

“O que os portugueses exigem do Governo é que neste período que corresponde a quase um ano, que é um ano perdido, eivado em ocultações, em dúvidas, em desrespeito pela lei, em acordos que são não assumidos pelos intervenientes, em dúvidas se houve ou não

proteção do interesse público, se houve ou não houve conflitos de interesse, aquilo que nós desejamos é que o Governo seja capaz de dar estabilidade ao sistema bancário e financeiro e à Caixa”, disse.

Segundo o PSD, após informações recolhidas em Bruxelas, nomeadamente junto da Comissão Europeia para a Concorrência, a dinamarquesa Margrethe Vestager, as referidas reuniões “decorreram nos meses de março, abril



O PSD anunciou que vai apresentar no parlamento quatro requerimentos formais para esclarecimentos diretos do primeiro-ministro e questões aos reguladores Banco de Portugal (BdP) e Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), sobre a Caixa Geral de Depósitos (CGD).

O PSD mantém os seus pedidos de explicações ao primeiro-ministro e aos reguladores depois de conhecida a demissão de António Domingues da presidência do conselho de administração da Caixa Geral de Depósitos, que foi anunciada domingo à noite pelo Ministério das Finanças, em comunicado.

“O Governo foi informado pelo Presidente do Conselho Fiscal da Caixa Geral de Depósitos (CGD) da renúncia apresentada pelo Presidente do Conselho de Administração, António Domingues, renúncia essa que o Governo lamenta”, refere o comunicado, que acrescenta que a mesma “só produzirá efeitos no final do mês de dezembro” e que “muito brevemente, será designada, para apreciação por parte do Single Supervisory Mechanism, uma personalidade para o exercício de funções como Presidente do Conselho de Administração da CGD, que dê continuidade aos planos de negócios e de recapitalização já aprovados”.

O PSD exige conhecer “correspondência, documentação e informação, escrita ou eletrónica, trocada entre o Governo (ou qualquer dos seus membros)” e Domingues, “a sua equipa ou as empresas que o assessoraram, relativas à CGD e antes do início de funções”.

e maio” e “Domingues só cessou funções e renunciou ao seu cargo no BPI, no dia 30 de maio de 2016”.

Ao Banco de Portugal, o PSD pergunta sobre se houve conhecimento por parte do regulador “das situações acima descritas que configuraram, pelo menos no período entre 19 de março e 30 de maio, um flagrante conflito de interesses” e se a instituição dirigida por Carlos Costa “já realizou ou vai iniciar alguma averiguação relativamente à conformidade legal e regulamentar dessas situações”.

Os deputados sociais-democratas afirmam que o presidente da CGD “já reconheceu que, nesse mesmo período, entre março e maio, contratou a Consultora McKinsey e a Sociedade de Advogados Campos Ferreira, Sá Carneiro & Associados, para o assistirem no processo, informação que não era pública”.

“Foi a CMVM informada pela Administração da CGD e/ou pela Auditora Deloitte acerca da situação acima referenciada? Como entende a CMVM esta situação à luz dos deveres de imparcialidade e objetividade a que estão sujeitas as auditoras? Não se estará perante uma situação potencialmente geradora de um conflito de interesses?”, são outras perguntas enviadas ao regulador bolsista.

A CMVM é ainda questionada sobre o “conhecimento dos factos descritos acima” e se “iniciou averiguações ou quaisquer diligências ao abrigo das suas competências de regulador do mercado de valores mobiliários” e se “não entende existirem indícios de violação das regras vigentes designadamente quanto a conflitos de interesse ou ao acesso a informação privilegiada”.



Candidatura de Cavaco Silva constitui desígnio nacional

O Conselho Nacional do PSD deliberou por unanimidade e aclamação manifestar o seu apoio à candidatura do **Prof. Aníbal Cavaco Silva** à Presidência da República — começou por afirmar no Conselho Nacional do PSD o Presidente do Partido, **Fernando Nogueira**, que continuou:

O correcto funcionamento das instituições democráticas, os desafios da modernização do País, a credibilidade externa do Estado, o prestígio nacional na Europa e no Mundo, e o estreitamento e aprofundamento dos laços da lusofonia, são desígnios nacionais que o PSD considera como os mais relevantes para o futuro de Portugal.

É com base nesses desígnios que o PSD manifesta o seu inequívoco e total apoio à candidatura do Prof. Cavaco Silva ao mais elevado cargo da Nação, por reconhecer nele a personalidade política portuguesa que melhor pode encarnar e ajudar a realizar aqueles desígnios nacionais no exercício da função presidencial.

Ao longo da sua história de grande partido nacional o PSD é o único partido português que sempre interpretou as candidaturas presidenciais independentemente dos vínculos partidários dos seus protagonistas.

Por essa razão tem agora particular autoridade moral para,



numa lógica nacional e não estritamente partidária, afirmar o seu suporte a alguém que tendo tido uma forte ligação ao Partido é acima de tudo um homem de Estado cuja vivência política dá garantias de isenção e independência para o exercício das mais altas funções políticas.

Seguro de que esta é a melhor opção para Portugal o PSD empenhar-se-á com todo o vigor e entusiasmo no apoio à candidatura supra-partidária do Prof. Cavaco Silva ao cargo de Presidente da República, porque a sua vitória será uma vitória também para o País e para todos os Portugueses.



Afirmar o PSD perante si próprio perante o País e o Futuro

Comunicado do Conselho Nacional do PSD, reunido na sede do partido no passado sábado:

1. Na sequência dos resultados eleitorais, o PSD, através do seu Conselho Nacional reafirma as suas felicitações ao Partido vencedor, assume integralmente o respeito pela vontade popular e expressa o seu propósito de levar por diante uma oposição firme, séria e responsável.

O País decidiu promover a alternância democrática, o PSD respeita o veredicto popular e assume o seu estatuto de partido de oposição, certo e seguro de que viu consagrada nas urnas, através dos 34% de votos obtidos, uma legitimidade clara para ser oposição desinibida e responsável e alternativa de futuro ao novo poder instituído.

O País decidiu, ao mesmo tempo, consagrar nas urnas o princípio da bipolarização, bem patente não apenas na elevada percentagem de votos obtida pelo PSD, mas ainda na circunstância de a votação do nosso partido ser praticamente o dobro do somatório das votações alcançadas pelos dois partidos marginais do nosso sistema político parlamentar.

É também em obediência a este postulado, erigido pela vontade popular, que o PSD assumirá e levará por diante o seu papel de partido da oposição, construindo, sem pressa, sem tentações imediatas e sem ressentimentos, o seu projecto de alternativa para as próximas eleições legislativas.

(Continua na pág. 8)

Portugal candidato ao Conselho de Segurança da ONU 8

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



ALCOCHETE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Alcochete, para reunir no próximo dia 14 de Janeiro de 2017 (sábado) pelas 16h00, na sede sita na Rua do Paço, nº 8, com a seguinte Ordem de trabalhos

Ponto único - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção, para o biénio 2017/19

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 16h00 às 19h00

CASTELO DE VIDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Castelo de Vide, para reunir no próximo dia 07 de Dezembro de 2016 (quarta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rua de Olivença, 13 - 1º, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 - Plano de actividades para 2017

2 - Candidatura à Câmara Municipal de Castelo de Vide em 2017

3 - Análise da situação político-partidária

ELVAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Elvas, para reunir no próximo dia 07 de Janeiro de 2017 (sábado) pelas 16h00, na sede sita na Rua das Feiras, 30, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção

2 - Eleição da Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues à Presidente da Comissão Política de Secção, ou a quem estatutariamente a possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 16h00 às 19h00

ESPINHO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Espinho, para reunir no próximo dia 12 de Dezembro de 2016 (segunda-feira), pelas 21h30, na sede, sita na rua 22 nº 399, - Espinho, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Análise da situação política;

LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Leiria, para reunir no próximo dia 09 de Dezembro de 2016, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Av. Dr. José Jardim, nº 32, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Procedimento de acordo com a alínea f), do ponto 2, do artigo 53 dos Estatutos - Dar parecer sobre a candidatura à Presidência da Câmara Municipal de Leiria.

MACEDO DE CAVALEIROS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Macedo de Cavaleiros, para reunir no próximo dia 13 de Dezembro de 2016, (terça-feira) pelas 20h30, no Salão da Junta de Freguesia, sita na Rua da Fonte Ferrada - Bornes, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único - Análise da situação política

MADALENA / NUCLEO RECTIFICAÇÃO DE HORA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo da Madalena - Vila Nova de Gaia, para reunir no próximo dia 30 de Dezembro de 2016, (sexta-feira) pelas 21h00 na Junta de Freguesia da Madalena, sita na Rua António Francisco de Sousa, 491 - Vila Nova de Gaia, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único - Eleição da Comissão Política do Núcleo da Madalena

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Comissão Política da Secção de Vila Nova de Gaia, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- A sede estará aberta no último dia das 21h00 às 24h00

- **As urnas estão abertas das 21h00 às 23h00**

MONÇÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Monção, para reunir no próximo dia 08 de Dezembro de 2016 (quinta-feira), pelas 20h30, na sede, sita no Largo do Rosal n.º 27, - Monção, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 - Análise da situação política local e nacional.

2 - Emissão de parecer sobre as candidaturas à Câmara e Assembleia Municipal

MONTIJO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Montijo, para reunir no próximo dia 10 de Dezembro de 2016 (sábado), pelas 15h30, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 - Informações

2 - Candidatura Autárquica às eleições autárquicas de 2017

3 - Análise da situação política

4 - Outros assuntos relevantes para o concelho

NISA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Nisa, para reunir no próximo dia 07 de Janeiro de 2017 (sábado) pelas 16h00, na sede sita na Rua Heliodoro Salgado, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção

2 - Eleição da Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues à Presidente da Mesa da Comissão Política de Secção, ou a quem estatutariamente a possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 16h00 às 19h00

PONTE DA BARCA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Ponte da Barca, para reunir no próximo dia 30 de Novembro de 2016 (quarta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Praça Dr. António Lacerda, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 - Apresentação e discussão da proposta da candidatura do PSD de Ponte da Barca às Eleições Autárquicas de 2017

PONTE DE SÔR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Ponte de Sôr, para reunir no próximo dia 07 de Janeiro de 2017 (sábado) pelas 16h00, na sede sita na Rua Luis de Camões, 28 A 1º, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção

2 - Eleição da Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues à Presidente da Mesa da Comissão Política de Secção, ou a quem estatutariamente a possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 16h00 às 19h00

PORTALEGRE / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, para os Órgãos Distritais e Locais, convocam-se todos os militantes do Distrito de Portalegre, dotados de capacidade eleitoral, para a eleição dos Órgãos Distritais, para reunirem, em sessão extraordinária no dia 07 de Janeiro de 2017 (sábado) pelas 16h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1 - Eleição da Mesa da Assembleia Distrital

2 - Eleição da Comissão Política Distrital

3 - Eleição do Conselho de Jurisdição Distrital

4 - Eleição da Comissão Distrital de Auditoria Financeira

5 - Eleição dos Delegados de Secção à Assembleia Distrital

Locais de votação

Alter do Chão - Av. Dr. João Pestana, 13 - sede

Arronches - Rua do Ronquilha, 4 - sede

Avis - Rua Machado dos Santos, 56 r/ch - sede

Campo Maior - Rua da Feira, 30 A - sede

Castelo de Vide - Rua de Olivença, 13 1º - sede

Crato - Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral, 12 r/

ch - sede

Elvas - Rua da Feira, 30 A - sede

Fronteira - Junta de Freguesia de Fronteira

Gavião - Gaveto da Rua Dr. Luis Calazans 1 - 1B - sede

Marvão - Junta de Freguesia de S. Salvador de Aramenha - S. Salvador

Monforte - Rua Combatentes da Grande Guerra, 17

- Portalegre

Nisa - Largo Heliodoro Salgado - sede

Ponte de Sor - Rua Luis de Camões, 28 - A - sede

Portalegre - Rua Combatentes da Grande Guerra,

17 - sede

Sousel - Rua Direita, 5 - sede

Notas

- As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede Distrital até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As candidaturas dos Delegados de Secção devem ser entregues ao Presidente da Assembleia de Secção correspondente, ou a quem estatutariamente os possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As urnas estarão abertas, em todas os locais de votação, das 16h00 às 19h00.

S. PEDRO DO SUL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de S. Pedro do Sul, para reunir no próximo dia 09 de Dezembro de 2016 (sexta-feira), pelas 19h00, no Hotel Vouga - Termas - S. Pedro do Sul, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Informações

2 - Autárquicas 2017

3 - Outros assuntos

SOUSEL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Sousel, para reunir no próximo dia 07 de Janeiro de 2017 (sábado) pelas 16h00, na sede sita na Rua Direita, 5, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção
- 2 – Eleição da Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues à Presidente da Mesa da Comissão Política de Secção, ou a quem estatutariamente a possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.
- As urnas estão abertas das 16h00 às 19h00

VILA FRANCA DE XIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Vila Franca de Xira, para reunir no próximo dia 15 de Dezembro de 2016 (quinta-feira), pelas 21h30, na sede, sita na Rua da Praia, 63, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1 – Informações
- 2 – Estratégia para as eleições Autárquicas
- 3 – Análise da situação política

VILA NOVA DE GAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Vila Nova de Gaia para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 19 de Dezembro de 2016 (segunda-feira), pelas 21h30, na sede, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1 – Apresentação, discussão e votação do Orçamento a nível de Secção, relativo ao exercício de 2017 – cfr. Artº 53º, nº 2 al. d) dos Estatutos
- 2 – Análise da situação política



OEIRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Oeiras, para reunir em sessão ordinária no dia 15 de dezembro de 2016 pelas 21h, na sede do PSD de Oeiras, sita no Largo Avião Lusitânia, n.º 15, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política;
- 2 – Outros assuntos.

CONCELHIA DO PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes do concelho do Porto para reunir em Plenário Eleitoral a realizar no próximo dia 2 de janeiro de 2017, pelas 21:00, na Sede do Núcleo PSD de Paranhos, sita na Rua do Campo Lindo, 63 Porto com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política da concelhia JSD Porto

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa da Concelhia ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na Sede do Núcleo PSD de Paranhos, sita na Rua do Campo Lindo, 63 Porto, respeitando as normas dos estatutos nacionais e demais regulamentos aplicáveis da JSD.

As urnas estarão abertas entre as 21:00 e as 23:00

NÚCLEO DO BONFIM - PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes do núcleo do Bonfim - Porto para reunir em Plenário Eleitoral a realizar no próximo dia 2 de janeiro de 2017,

pelas 21:00, na Sede do Núcleo PSD de Paranhos, sita na Rua do Campo Lindo, 63 Porto com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário do núcleo do Bonfim - Porto

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa da Concelhia ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na Sede do Núcleo PSD de Paranhos, sita na Rua do Campo Lindo, 63 Porto, respeitando as normas dos estatutos nacionais e demais regulamentos aplicáveis da JSD.

As urnas estarão abertas entre as 21:00 e as 23:00

NÚCLEO OCIDENTAL DO PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes do núcleo Ocidental do Porto para reunir em Plenário Eleitoral a realizar no próximo dia 2 de janeiro de 2017, pelas 21:00, na Sede do Núcleo PSD de Paranhos, sita na Rua do Campo Lindo, 63 Porto com a seguinte ordem de trabalho:

Ponto único: Eleição da Comissão Política e da Mesa do Plenário do núcleo Ocidental do Porto

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa da Concelhia ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na Sede do Núcleo PSD de Paranhos, sita na Rua do Campo Lindo, 63 Porto, respeitando as normas dos estatutos nacionais e demais regulamentos aplicáveis da JSD.

As urnas estarão abertas entre as 21:00 e as 23:00



IV - CONSELHO NACIONAL 2016

Nos termos do disposto no artigo 20.º dos Estatutos, convoco o Conselho Nacional para uma reunião no próximo dia **6 de Dezembro, terça-feira às 21H00, no Hotel Sana**, em Lisboa (Av. Fontes Pereira de Melo, 8), com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto 1: Informações;

Ponto 2: Aprovação do Orçamento para o ano 2017;

Ponto 3: Análise da situação política;

Ponto 4: Questões suscitadas pelas petições em apresentação na Assembleia da República sobre eutanásia e suicídio assistido.

O Presidente da Mesa do Congresso

Fernando Ruas

Fernando Ruas

Lisboa, 21 de Novembro 2016